

Os dilemas do acesso ao Ensino Superior

JAIME CARVALHO E SILVA

O acesso ao Ensino Superior é um dos dramas nacionais que mais atenção recebe da comunicação social e mais discussões provoca no Ensino Secundário e no Ensino Superior (sendo evidentes grandes divergências de opinião). O psicólogo Eduardo Sá, com as frases fortes a que nos habituou, declara mesmo que “a escola está, perversamente, virada, quase em exclusivo para promover a entrada no ensino superior” (in “O maior dos perigos da adolescência são os pais”¹).

Quando em 1972 entrei no Ensino Superior o panorama era muito diferente em vários aspetos. Por um lado, havia relativamente poucos alunos que terminavam o Ensino Secundário e prosseguiam para o Ensino Superior e, por isso, não havia *numerus clausus*. Por outro lado, havia exames de acesso, os chamados **Exames de Aptidão**, de que se podia dispensar com a nota obtida no Ensino Secundário (no meu tempo a nota de dispensa era de 14 valores). Havia poucas Faculdades, poucas opções, mas havia espaço para todos os candidatos que eram aprovados ou eram dispensados do Exame de Aptidão.

Em 1970/1971 havia 137269 estudantes inscritos² no Ensino Lical e 125390 estudantes inscritos nas Escolas Comerciais e Industriais. Em 2018/2019 havia 399386 estudantes inscritos no Ensino Secundário.

Em 1970/1971 havia 49461 estudantes inscritos no Ensino Superior. Em 2018/2019 havia 385247 estudantes inscritos. Quase 8 vezes mais, mas não atingindo ainda a média europeia.

Por aqui se vê um pouco a dimensão do problema: a quantidade de alunos é completamente diferente. Em contraste, durante muito tempo (na parte final do século XX) nem sequer houve em Portugal lugares disponíveis no Ensino Superior para todos. Atualmente o número total de vagas disponíveis no Ensino Superior público é de 51560 sendo que a taxa de ocupação dessas vagas é de 94,5% no ensino universitário e de 76,1% no ensino politécnico³.

A existência de alguma forma de *numerus clausus* é o principal problema não resolvido para os estudantes que pretendem

ingressar no Ensino Superior sendo que os sistemas de candidaturas e os sistemas de exames são altamente complexos na maior parte dos países, começando o processo de candidatura muitas vezes seis meses antes do ano letivo seguinte.

Um relatório⁴ da União Europeia de 2017 analisa os múltiplos aspetos do processo do Acesso ao Ensino Superior, estudando em que medida todos os jovens têm possibilidades de acesso a alguma forma de Ensino Superior (não têm todos), em que medida esse acesso é justo e inclusivo (não é em geral) e como é que os estudantes e as escolas do Ensino Superior definem e organizam as respetivas escolhas.

Nesse relatório afirma-se que o “mérito” do estudante para lhe ser dado acesso ao curso do Ensino Superior da sua escolha é “efetivamente definido – ou pelo menos é medido – como a capacidade de ter sucesso em testes académicos feitos durante ou no final do ensino secundário”. Aspetos como a “criatividade, curiosidade, serviço público” não são considerados porque “é difícil avaliá-los objetivamente e, portanto, são vistos como potencialmente injustos, se não impraticáveis”. O uso de testes académicos é “justo no sentido em que todos os estudantes inscritos na parte final do ensino secundário podem efetuar o mesmo teste e os resultados serão vistos como objetivos”⁵.

Contudo, o uso de testes académicos é muitíssimo variado, indo desde testes “comerciais” a que os alunos se candidatam o número de vezes que pretenderem, desde que paguem o respetivo valor, e depois apresentam nas escolas a que se pretendem candidatar (como o caso do SAT ou do ACT nos Estados Unidos), até provas reguladas pelo estado, que podem mesmo assim variar enormemente em conteúdo e formato (como em Inglaterra onde há várias entidades independentes que produzem e administram exames).

DIFERENTES SISTEMAS DE ACESSO

É assaz difícil enumerar todos os diferentes sistemas de acesso ao ensino superior existentes.

¹ <https://www.eduardosa.com/blog/damas-vagabundos/o-maior-dos-perigos-da-adolesc%C3%Aancia-s%C3%A3o-os-pais/>

² Estatísticas da Educação 1971, INE.

³ Estatísticas da Educação 2018/2019, DGEEC.

⁴ Study on the impact of admission systems on higher education outcomes, vol. 1, European Union, 2017.

⁵ Study on the impact of admission systems on higher education outcomes, vol. 1, p. 55.

Um dos mais controversos é o do **sorteio**. Na Holanda há vários cursos sujeitos a *numerus clausus*, nomeadamente na área da saúde; nestes casos, sendo necessário satisfazer critérios base como ter efetuado com sucesso o exame nacional, é depois feito um sorteio (embora condicionado). Em França todos os alunos precisam de completar o exame nacional do ensino secundário (conhecido como *baccalauréat*) nalguma das suas vertentes (geral, tecnológico ou profissional) mas a respetiva classificação não conta para a entrada no ensino superior. Alguns cursos (das chamadas Grandes Escolas) exigem estudos preparatórios de dois anos com um exame de admissão no final desses estudos e outros têm uma limitação na entrada (na realidade um *numerus clausus* embora esse nome não seja usado). Nestes casos (em medicina, informática e educação física, nomeadamente) durante vários anos foi efetuado um sorteio. Uma enorme controvérsia levou a que esse sorteio fosse substituído por um processo de apresentação de dossiês de candidatura que é por sua vez muito contestado pela falta de transparência. O atual governo francês tem um plano em marcha de transformar o *baccalauréat* num exame nacional de acesso cuja nota determinará o acesso aos cursos superiores. Note-se que o *baccalauréat* é diferente de muitos outros exames nacionais, pois aí a disciplina de Filosofia é obrigatória para todos os estudantes.

ENTREVISTAS COMO FORMA DE ACESSO

Muitas pessoas defendem que as entrevistas permitirão determinar melhor a adequação do perfil de um estudante ao curso superior a que se pretende candidatar. Este método é muito usado pelos países anglo-saxónicos, mas tem estado sob forte contestação por uma série de insuficiências que foram detetadas e que até deram origem a processos judiciais.

A professora Natasha Warikoo da Universidade de Harvard defende⁶ mesmo que o processo mais justo é o do sorteio, por ser o mais transparente e que menos ansiedade coloca nos estudantes, suas famílias e na própria administração. Esta discussão vem na sequência de um processo judicial que revelou que as entrevistas realizadas aos candidatos à Universidade de Harvard eram racialmente discriminatórias para os estudantes de origem asiática por serem genericamente considerados sem “qualidades especiais que justifiquem a admissão” à universidade. A Universidade de Harvard inclui nas suas entrevistas a análise do “caráter, personalidade e promessa” do candidato. No caso da igualmente famosa Universidade de Yale as entrevistas são até conduzidas por estudantes mais velhos, o que deixa obviamente lugar para a existência de preconceitos discriminatórios.

UM CASO DE CONFLITO

Em Espanha não tem havido exame final do ensino secundário (apesar de alguns governos terem tido planos para tal) e o acesso

ao ensino superior é feito por uma prova essencialmente gerida pelas universidades. Antes o exame chamava-se “Selectividad”, mas agora chama-se EBAU - *Evaluación del Bachillerato para el Acceso a la Universidad*. Os problemas associados a estas provas são muitos: por um lado a prova é regional e por isso há diferenças no grau de dificuldade da mesma, tanto mais graves quando a classificação obtida tem aplicação nacional; por outro lado o programa escolhido para as provas condiciona de forma decisiva o ensino secundário pois pais e estudantes exigem que seja dada ênfase a essa parte do programa oficial.

O caso mais recente de conflito tem a ver com a determinação das universidades de não autorizar o uso de calculadoras gráficas na EBAU. A FESPM⁷ tem-se manifestado vigorosamente contra tal determinação⁸. Os professores de Matemática espanhóis defendem que se deve “promover o cumprimento daquilo que estabelece o currículo sobre o uso de tecnologias em sala de aula e especificamente, sobre a presença da calculadora no ensino e aprendizagem da matemática”. A FESPM defende que “essa decisão tem consequências negativas para o modo de ensinar, aprender e avaliar tanto no final do ensino secundário como em anos anteriores”, mas as entidades regionais que supervisionam as provas não são sensíveis a esta questão.

Note-se que os programas escolares internacionais (Universidade de Cambridge e *Baccalauréat* Internacional) usam regularmente calculadoras gráficas nos seus exames, cujos resultados são reconhecidos por mais de uma centena de países, incluindo Espanha e Portugal, como forma de acesso ao ensino superior de cada país.

O CASO DO JAPÃO

A situação no Japão é particularmente curiosa por, em muitos aspetos, ser semelhante à europeia e em muitos outros aspetos ser única. Por um lado, cerca de 80% das universidades são privadas, mas as universidades mais prestigiadas são as universidades públicas, onde a maioria dos candidatos pretende entrar. No Japão obter um diploma de uma universidade prestigiada é uma garantia absoluta para o futuro, e muitas das melhores empresas só recrutam diplomados das sete mais prestigiadas universidades públicas.

O exame UECE (*University Entrance Center Examination*) foi entre 1990 e 2020 obrigatório no Japão para quem queria entrar nas universidades públicas (e algumas privadas). Em 2021 o formato do exame irá ser alterado.

Este exame é nacional, baseado no programa do ensino secundário, administrado por uma agência governamental e é constituído apenas por questões de escolha múltipla. A escolha

⁶ Why elite colleges should use a lottery to admit students, The Conversation, January 8, 2019.

⁷ Federação Espanhola das Sociedades de Professores de Matemática que engloba 20 sociedades regionais de toda a Espanha.

⁸ Los profesores de matemáticas llaman a la movilización ante las restricciones del uso de calculadoras en la EBAU, ABC, 05/03/2020.

múltipla assume formas variadas; uma dessas formas funciona a partir dos espaços em branco que o estudante precisa de preencher exclusivamente com os números de zero a nove e os símbolos (+) e (-).

Os espaços entre chavetas e os sublinhados devem ser preenchidos com os números de zero a nove e com os símbolos (+) e (-). A resposta correta à questão apresentada inclui, por ordem, os seguintes símbolos: 2,3,1,2,7,-,7,3,7,9,1,0,0.

Cada universidade pública e privada realiza os seus próprios exames de admissão à universidade; devido ao calendário dos exames, os estudantes apenas conseguem fazer dois exames de admissão: isto significa que muitos estudantes não conseguem entrar na universidade da sua preferência logo no primeiro ano em que se candidatam. Muitos estudantes ficam mais um ano a preparar-se de novo para fazer o exame de admissão às universidades (são os chamados **Ronin**) e frequentam as escolas privadas de preparação conhecidas por **Yokibou**. Em 2011 um total de 110211 *Ronin* submeteram-se a exame, contra um total de 442421 alunos que terminaram o ensino secundário. Muitos estudantes que não conseguem entrar na universidade entram noutras escolas de ensino superior, nomeadamente universidades municipais.

UECE 1990⁹

Suponha que o polinómio $P(x)$ com coeficientes inteiros satisfaz as seguintes condições:

(A) Se $P(x)$ é dividido por $x^2 - 4x + 3$, o resto é $65x - 68$.

(B) Se $P(x)$ é dividido por $x^2 + 6x - 7$, o resto é $-5x + a$.

Então sabemos que $a = \{1\}$.

Procuremos o resto $bx + c$ quando $P(x)$ é dividido por $x^2 + 4x - 21$.

A condição (A) implica que $\{2\} b + c = \{3\} \{4\} \{5\}$ e que $a = \{1\}$.

A condição (B) implica que $\{6\} \{7\} b + c = \{8\} \{9\}$.

Segue-se que $b = \{10\}$ e $c = \{11\} \{12\} \{13\}$.

Os exames são muito competitivos devido à baixa taxa de admissão de alunos nas universidades públicas (em 1990 era de 26%) e assim os estudantes começam logo no ensino básico a frequentar aulas suplementares à noite ou aos domingos para se prepararem para o exame de acesso ao ensino superior.

Enquanto o exame UECE pretende medir o nível atingido pelos estudantes no ensino secundário, as provas feitas por universidades são muito mais seletivas, embora se baseiem nos programas oficiais do ensino secundário. As questões são normalmente de resposta aberta.

Universidade de Hokkaido, medicina e medicina dentária, 1991

4.1) Mostre que $\lim_{n \rightarrow \infty} \left\{ \sum_{k=n+1}^{2n} \log k - n \log n \right\} = \int_1^2 \log x \, dx$

4.2) Determine

$$\lim_{n \rightarrow \infty} \left(\frac{(2n)!}{n! n^n} \right)^{1/n}$$

Fizeram este exame 1641 estudantes, mas apenas 636 foram admitidos (na segunda fase houve 838 candidatos, mas apenas 133 foram admitidos).

Universidade Médica de Shiga, 1991

1.1) Dados $a^2 \geq b$, onde a e b são números naturais, prove que a condição necessária e suficiente para que

$$\sqrt{a + \sqrt{b}} + \sqrt{a - \sqrt{b}}$$

seja um número natural é que exista um número natural n tal que

$$n^2 < a \leq 2n^2 \text{ e } b = 4n^2(a - n^2)$$

1.2) Determine todos os valores de números naturais b tais que

$$\sqrt{30 + \sqrt{b}} + \sqrt{30 - \sqrt{b}}$$

seja um número natural.

Fizeram este exame 531 estudantes, mas apenas 140 foram admitidos.

Este exame nacional UECE será reformulado a partir de 2021 para criar mais datas em que possa ser feito e para alargar o seu âmbito de avaliação de competências, passando a incluir questões de resposta aberta e dando mais espaço à resolução de problemas.

O CASO DA AUSTRÁLIA

A Austrália tem um sistema único no mundo com um índice nacional que permite ordenar os alunos à entrada da universidade o **ATAR** (Australian Tertiary Admission Rank). Como a Austrália é um estado federal, cada estado tem o seu próprio sistema educativo e os seus próprios exames; assim, para haver um sistema de acesso nacional, cada estudante é colocado numa posição relativa em relação aos outros estudantes do mesmo estado em função das exigências desse mesmo estado, podendo depois haver pontos de bónus conforme o curso a que o estudante se candidata.

Este sistema tem gerado muita controvérsia na Austrália por se considerar que não é suficientemente justo. Brian Schmidt, prémio Nobel da Física em 2011 e Vice-Chanceler da prestigiada Universidade Nacional Australiana ANU (pública) da capital australiana, Canberra, considera que o sistema de acesso ao

⁹ Japanese University Entrance Examination Problems in Mathematics, Ling-Erl Eileen T. Wu (ed), Mathematical Association of America, 1993.

ensino superior é “irracional” e só existe porque é fácil para as universidades. O sistema, acusa Brian Schmidt, favorece a uniformidade: “fico com advogados que foram às mesmas escolas e têm os mesmos amigos (...) também há bons advogados noutros lugares, em pequenas cidades onde não obtêm as notas máximas no ATAR”. Ele defende que a universidade pública deve admitir os 10% melhores alunos de cada escola, tal como é comum com as universidades públicas dos Estados Unidos. E efetivamente a ANU não é muito inclusiva, admitindo apenas 2% de estudantes provenientes de bairros economicamente desfavorecidos.

QUAL O MELHOR SISTEMA DE ACESSO?

Não há praticamente dois modelos de acesso iguais no mundo. Qual o melhor? Dos exames padronizados (*standardized*), exames de acesso, entrevistas, sorteio, escolha da melhor percentagem de cada tipo de candidaturas, entradas por recomendação, quotas para classes de estudantes, qual o melhor?

O ideal seria cada estudante entrar no curso da sua preferência e poder mudar de curso quando descobrisse que estava no curso errado. Mas esse ideal é impossível num sistema em que a grande maioria dos estudantes (todos?) pretende frequentar o ensino superior e, portanto, um sistema de *numerus clausus* é inevitável. Por vezes refere-se que o sistema Suíço não tem *numerus clausus* mas essa é apenas uma parte da verdade pois só os alunos que sejam admitidos aos 16 anos no ensino secundário designado por *Gymnasium* podem aceder à universidade (e depois de efetuar o exame nacional *Matura*); os outros são encaminhados para fazer cursos técnicos e só poderão entrar na universidade mais tarde para fazer um mestrado. Mesmo os que são admitidos depois do *Gymnasium* e do exame *Matura* acabam por ter de desistir no final do primeiro ano se não conseguirem um resultado satisfatório.

Num artigo do “*Times Higher Education*” em janeiro de 2019 a jornalista Ellie Bothwell interrogava-se qual seria o sistema mais justo. A jornalista constata que o sistema em vigor não é na realidade sequer cumprido porque, por exemplo, cerca de $\frac{3}{4}$ das melhores universidades americanas dá prioridade na admissão a familiares de antigos alunos (dados da *Century Foundation* de 2010). Também se constata que não há nenhum sistema imune a falhas e até no Japão a Faculdade Médica de Tóquio modificou secretamente durante anos as classificações dos exames de admissão para diminuir o número de mulheres a entrar na universidade.

O sistema inglês é dos mais complexos do mundo e tem sofrido alterações frequentes. Depende muito das classificações obtidas no exame final do ensino secundário (13º ano) conhecido como *A-level*. Mas o papel central é ocupado por entrevistas que têm causado muita controvérsia ao longo dos tempos.

Por exemplo, em 2017 um deputado inglês criticou¹⁰ a falta de representatividade racial nas admissões nomeadamente às universidades de Oxford e Cambridge.

Evan Mandery, professora na City University of New York, defende¹¹ que o sistema mais justo seria o de sortear as entradas de entre os que satisfizessem os requisitos mínimos de admissão. Defende ainda que as entrevistas deveriam ser abolidas pois não introduzem nenhum dado que não se possa obter de outro modo e acabam por ser desculpas para admitir alunos usando critérios que não seriam aceitáveis se explicitados.

PROPOSTAS DE MELHORIA

Em 2016 um relatório de um grupo de trabalho criado pelo Governo português¹² avança com uma série de propostas para “avaliar os mecanismos de acesso ao ensino superior” e “alargar o acesso ao ensino superior a novos e diversificados públicos”. No que diz respeito aos mecanismos de acesso propõe:

- “Normalização das classificações dos exames finais do ensino secundário, superando a variabilidade interanual que é normalmente provocada por alterações nos respetivos níveis de exigência. Este processo levaria à calibração das classificações, assegurando-se que, em cada ano, a média globalmente fixada fosse respeitada”;
- “Regulação das diferenciações excessivas das classificações internas do ensino secundário, reduzindo os desvios (positivos e negativos) introduzidos por desalinhamentos exagerados nas notas internas e garantindo um maior grau de equidade nas candidaturas ao Concurso Nacional de Acesso”.

O alargamento das vias de acesso ao ensino superior tem de ser uma prioridade se pensarmos que “o objetivo da Europa 2020 [está] orientado para garantir que, em 2020, 40% da população com idades de 30 a 34 anos tenha formação superior”, o que é extremamente difícil sem medidas suplementares.

Está ainda muito por fazer.

JAIME CARVALHO E SILVA
UNIVERSIDADE DE COIMBRA

¹⁰ Seven years have changed nothing at Oxbridge. In fact, diversity is even worse, David Lammy, The Guardian, 20 de outubro de 2017.

¹¹ University admissions: which system is the fairest?, Times Higher Education, 10 de janeiro de 2019.

¹² Despacho nº 6930/2016, de 12 de maio de 2016.